

A COLONIALIDADE E A LITERATURA NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO SERTÃO¹

COLONIALITY AND LITERATURE ON THE
DISCURSIVE CONSTRUCTION OF THE SERTÃO

Mateus De Novaes Maia²

¹ O artigo é baseado na dissertação de mestrado “Um certo caráter geográfico: a construção discursiva do sertão em O Cabeleira, de Franklin Távora”.

² Doutorando em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Resumo: Neste artigo, pretende-se traçar um breve panorama da centralidade da literatura brasileira na produção de discursos sobre o sertão. Procura-se analisar as diversas apreensões literárias da paisagem sertaneja até o início do século XX e seu peso na formulação do sertão como categoria a ser instrumentalizada pelas elites políticas que se sucederam em solo brasileiro. A partir desse enfoque, dá-se particular atenção ao processo dialógico de marginalização dos estados do nordeste do País e à progressiva identificação exclusiva do sertão com a região.

Palavras-chave: sertão, literatura e Estado nacional brasileiro, ideologias geográficas, colonialidade do poder, discursos hegemônicos.

Abstract: This article seeks to briefly outline the centrality of Brazilian literature in the production of discourse about the *sertão*. It aims to analyze the many literary representations of the backlands' landscape up to the beginning of the twentieth century and their significance to the understanding of the *sertão* as a category to be instrumentalized by the political elites that successively arose in Brazilian soil. From this focus, particular attention is given to the dialogical process of marginalization of the northeastern states of the country and the progressive exclusive identification of the *sertão* with this region.

Keywords: sertão, literature and the Brazilian National State, geographical ideologies, coloniality of power, hegemonic discourses.

1 Introdução

Há na literatura centrada no sertão brasileiro uma miríade de interpretações, significações e vozes dissonantes que só pode ser rivalizada pela polissemia que o próprio termo “sertão” assumiu ao longo de séculos de reuso. Ainda que haja divergências quanto à real origem do vocábulo, assim como suas diversas variantes, sempre foi empregado para se referir às terras interiores e inexploradas, em oposição ao litoral. Se na Carta de Pero Vaz de Caminha essa oposição toma a forma de mero referencial geográfico, a subsequente exploração portuguesa das terras americanas, feita sempre pelas beiradas, confirmaria essa oposição no campo ideológico, opondo a civilização que se espalhava pelo litoral à barbárie do interior ainda não cartografado.

Com a progressiva afirmação da modernidade e a consequente hegemonia da ideologia liberal, a dualidade se atualiza: o progresso do litoral e dos grandes centros contra a periferia e os feudos incultos de um Brasil profundo. Dada a reincidência de seu uso pelas elites econômicas e políticas brasileiras que se sucederam em território nacional desde a América Portuguesa, dos colonizadores à burguesia nacional hodierna, o termo sertão adquire, sob uma ótica histórica, o caráter de um palimpsesto, continuamente reciclado e instrumentalizado por aqueles interessados na projeção e ampliação do seu domínio rumo ao interior do continente. Tendo em vista essa diversidade de discursos sobre

o sertão, cabe indagar-se sobre sua base material. É a partir desse questionamento que Antonio Carlos Robert Moraes (2003) propõe que o sertão corresponderia a uma “ideologia geográfica”, termo cunhado a partir de uma perspectiva gramsciana que se refere à formulação de concepções hegemônicas acerca de determinadas porções do território nacional e que corresponderiam às demandas políticas de uma elite conservadora.

Sendo desprovido de delimitação precisa e, em última instância, materialidade telúrica, o sertão seria não um recorte espacial, mas uma construção discursiva — uma ideologia geográfica, nos termos de Moraes (2003). Qualificar um espaço como sertão é, portanto, uma forma de apropriação discursiva desse lugar a partir da difusão de um discurso concebido por uma elite a fim de justificar o exercício de seu poder sobre esse espaço.

Isso talvez explique a abrangência geográfica e histórica da utilização do vocábulo, que já abarcou dos pampas gaúchos ao coração da selva amazônica, estando hoje geralmente restrito ao polígono das secas nordestino. A popularização da identificação do sertão como uma metonímia do semiárido nordestino pode ser traçada desde o surgimento da “literatura das secas”, a longa tradição de romances centrados nas agruras que as estiagens severas afligem sobre a população sertaneja, os quais se multiplicaram nas últimas décadas do século XIX em função da comoção nacional em torno dos efeitos da Grande Seca que se estendeu de 1877 a 1880.

É justamente no encontro com essas questões que a discussão sobre a interrelação entre a criação literária e a produção de discursos políticos ganha relevância. O sertão é uma categoria basilar para o pensamento social brasileiro, seja pela teia de imaginários que mobiliza, seja pela sua dimensão oficial enquanto recorte territorial a partir do qual se pautam políticas públicas, do combate às secas à delimitação do Nordeste. Dada a contínua tendência de normalização dos discursos hegemônicos correntes em favor da manutenção da exploração humana pelo capital, torna-se relevante traçar a arqueologia de sua difusão e validação no intuito de compreender os mecanismos que levam à sua reprodução e superá-los.

2 O sertão como produção ideológica

Em um trabalho que tome por objeto de estudo a categoria sertão, é de praxe recorrer à etimologia da palavra em questão a fim de verificar em sua origem indícios da acepção, tanto lata quanto estrita, que ela assumiu em terras brasileiras. Dessa forma, procura-se, a partir da exposição de algumas das hipóteses mais correntes sobre a evolução histórica do termo, situar os desdobramentos ideológicos de seu emprego, tal como aventados pelos teóricos a que se recorre ao longo do texto, diante do sentido inequívoco que a palavra adquiriu ao longo dos séculos.

Gustavo Barroso, em comunicação à Academia Brasileira de Letras posteriormente transcrita no *Jornal do Commercio* (1952), descarta a hipótese, já bastante difundida na época, de que o vocábulo seria uma abreviatura de “desertão”, fixando sua origem na língua mbunda de Angola com a palavra *muchitum*, vertida para o latim como *locus mediterraneum*, local no interior. O termo teria sido apropriado pelos colonizadores portugueses na forma de “mulcetão”, sendo posteriormente reduzido a “celtão” e “certão”, tendo sido difundido pelo império ultramarino ao longo dos primeiros séculos de sua expansão.

Uma contestação da hipótese “desertão” a partir dos estudos fonéticos é apresentada por Jerusa Pires Ferreira, que reafirma a impossibilidade de sertão ser uma corruptela do latim *desertanu* por conta da inversão que esse caminho significaria do ponto de vista da lei do menor esforço, implicando em uma sonorização da oclusiva em oposição ao ensurdecimento, que seria a progressão mais natural (FERREIRA, 2004). Baseada em ampla amostragem, ela também verificou que o termo sertão (em suas diversas grafias) aparece em textos portugueses dos séculos XV e XVI associado tanto a “lugares povoados cheios de vegetação e árvores densas” quanto a áreas áridas e desabitadas.

Dada a amplitude do emprego da palavra desde suas primeiras aparições em relatos de viagem, cartas e documentos oficiais, a autora considera igualmente improvável a recorrente hipótese, postulada por Joseph

M. Piel, de que sertão derivaria da palavra latina *sertanus*, particípio passado de *sero*, *serui*, *sere*, significando entrelaçar, entrançar, de forma que sua origem estaria associada à descrição de áreas com vegetação. Piel ainda sugere que o termo tenha sido importado de uma língua estrangeira para suprir a necessidade de descrever as terras recém-descobertas, como supõe Barroso, uma vez que ele não aparece em registros antes do século XV, mas pontua a ocorrência do topônimo em terras lusitanas (PIEL apud FERREIRA, 2004).

Moacir M. F. Silva (1950), comentando a hipótese de Barroso, acredita ser mais provável que os falantes da língua mbunda tenham tomado o termo dos portugueses do que o contrário, uma vez que o termo só foi registrado no dicionário da língua africana a que Barroso recorre no século XIX, quando seu emprego pelos portugueses já datava de mais de três séculos. O autor sugere que a origem do termo se deve à povoação de Sertã, na província portuguesa de Beira Baixa.

Segundo a lenda de origem local, a povoação teria sido fundada em 74 AEC pelo general romano exilado Quintos Sertório e por ele batizada de “Sertaga”, corrompida em “Sartão”. Em uma ocasião em que tropas romanas fiéis à capital marcharam contra o assentamento, uma mulher teria feito frente aos soldados armada de uma grande *sertãa*, uma frigideira quadrada, garantindo assim a sobrevivência da vila.

Silva supõe que a lenda da mulher da *sertãa* se popularizou pela similaridade da palavra com a corruptela

do nome original do povoado, “Sartão”. Essa palavra teria sido também utilizada, por extensão, para caracterizar os entornos dessa povoação, terras das mais interiores do território continental lusitano, vindo a ser posteriormente difundida como sinônimo de terras interiores por todo o nascente império português.

Quer sua origem remonte a quinhentos ou a dois mil anos no passado, fica clara a sua associação histórica a “[...] pensar, se assentar e controlar terras que não as suas, que estão distantes, que outros habitam e possuem”³, na definição de Edward Said do conceito de imperialismo (SAID, 1994, p. 7, tradução nossa). Essa identificação se dá de tal forma que Piel toma o vocábulo sertão como o “*Signo Linguístico da Expansão Portuguesa*” (PIEL apud FERREIRA, 2004, p. 27), evidenciando o quanto, acima de qualquer dúvida sobre sua origem, o termo “tem ampla realização social e sua vigência procedeu da necessidade de nominar *coisas novas*, hoje tão trágicas” (FERREIRA, 2004, p. 35).

Assim, o sertão se constituiu no imaginário colonial como um termo guarda-chuva para qualificar as áreas interiores das colônias portuguesas, o que, a rigor, implicou sua associação à ideia de deserto ou ao lugar dos desertores, “terras sem fé, rei ou lei” como proposto por Janaína Amado (1995) a despeito de sua origem etimológica aparentemente diversa. Márcia Naxara aproxima as categorias sertão e deserto a partir da

3 No original: “[...] *thinking about, settling on, controlling land that you do not possess, that is distant, that is lived on and owned by others*”.

polissemia coincidente que ambas assumiram ao longo da história do Brasil (NAXARA, 2010), do sentido literal das paisagens desérticas aos diversos empregos figurados que perduraram em terras brasileiras ao longo do tempo.

Para a autora, tanto o sertão quanto o deserto se apresentariam como “espaços em aberto — fronteiras em múltiplos sentidos” (NAXARA, 2010, p. 5). Essa perspectiva é particularmente frutífera para o estabelecimento de paralelos com o avanço da fronteira do oeste americano e as campanhas do deserto na Patagônia argentina na medida em que esses processos também se fundamentam no estabelecimento desses respectivos espaços como “vazios”, tanto de povos quanto de história, pela ótica colonial (DAFLON, 2020; MAIA, 2008).

Arvorando-se nessa perspectiva, os poderes coloniais, em todos esses três casos, empreenderam ativamente o esvaziamento desses espaços por meio do massacre dos povos nativos e o apagamento de suas culturas, efetivando sua apreensão discursiva prévia pelo exercício de um poder outorgado a esses colonizadores por si próprios a partir da instituição de sua ótica dual. Segundo a autora, é nesse sentido que “[p]ara o colonizador, ‘sertão’ constitui o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade” (AMADO, 1995, p. 149).

O processo de projeção de intenções sobre esses espaços pode ser melhor apreendido a partir de uma reflexão acerca do conceito de “paisagem”, aqui entendido como a percepção socialmente construída de

um determinado espaço. Sobre sua definição, Horácio Capel fala de uma “mirada consciente e intencional” a um determinado espaço como a pré-condição da instituição de uma paisagem (CAPEL, 1973, p. 98).

Ele sustenta que “Este olhar não se limita a reconhecer passivamente a paisagem já existente, mas, pelo contrário, realiza uma função ativa de seleção e avaliação dos elementos que se integram para formar a paisagem.” (CAPEL, 1973, p. 98, tradução nossa)⁴. Simon Schama desenvolveria suas ideias acerca do conceito nesse mesmo diapasão:

Paisagens são cultura antes de serem natureza; construídos da imaginação projetados sobre madeira e água e rocha. [...] Mas deve-se reconhecer também que, uma vez que uma certa ideia de paisagem, um mito, uma visão, se estabelece em um lugar real, ela tem uma maneira peculiar de confundir categorias, de tornar metáforas mais reais do que seus referentes; de se tornar, de fato, parte do cenário. (SCHAMA, 1996, tradução nossa)⁵

A concepção de Schama é de que a paisagem, enquanto construto cultural, projeta-se sobre e a partir de uma dada materialidade espacial, mas corresponde exclusivamente à apreensão subjetiva de determinado

4 No original: “Esta mirada no se limita a recoger pasivamente el paisaje ya existente, sino que por el contrario realiza una función activa de selección y de valoración de los elementos que se integran formando el paisaje”.

5 No original: “Landscapes are culture before they are nature; constructs of the imagination projected onto wood and water and rock. [...] But it should also be acknowledged that once a certain idea of landscape, a myth, a vision, establishes itself in an actual place, it has a peculiar way of muddling categories, of making metaphors more real than their referents; of becoming, in fact, part of the scenery”.

grupo sobre esse espaço. Isso acarreta o potencial deslocamento da centralidade do substrato referencial em favor de sua projeção idealizada no campo discursivo, processo caro à apreensão dos discursos sobre a paisagem sertaneja neste estudo.

Longe de imbuir o termo sertão de qualquer objetividade, seu emprego sistemático ao longo dos séculos lhe atribuiu as mais diversas significações por ser colocado em oposição ao que era conhecido, entendido, explorado, em suma, ao que constituía as próprias fronteiras, não só territoriais, do colonizador lusitano. É nesses termos que Antonio Carlos Robert Moraes propõe que:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto — em certos contextos históricos — a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. (MORAES, 2003, p. 2)

Qualificar um espaço como sertão seria, portanto, uma forma de se apropriar discursivamente dele a partir de sua assimilação prévia dentro do sistema

de ideias de um grupo a fim de justificar o exercício de seu poder sobre esse espaço. Nos termos do autor, essa apreensão discursiva do espaço em questão implicaria uma produção de sentidos sobre ele que justificasse sua captura dentro da esfera de um determinado poder hegemônico, em uma perspectiva gramsciana (MORAES, 1991, p. 81-82), situando dentro de um jogo de forças político e histórico uma aceção da produção discursiva da paisagem condizente com a de Schama.

Essa proposição encontra eco nas ideias de Aníbal Quijano (1992) sobre a “colonialidade do poder”, que caracteriza, de maneira geral, as estruturas de poder herdadas do colonialismo que se reproduzem nas relações de raça e gênero, além das concepções sobre a natureza, tal como observamos ainda nos dias de hoje. Porque se essa sociedade global se sustenta sobre relações desiguais estabelecidas desde os tempos coloniais, estas só tomam forma a partir de uma concepção do humano enquanto ser separado da natureza, uma noção, segundo Walter D. Mignolo (2018), exclusiva do paradigma eurocêntrico/ocidental e imposta como uma visão de mundo na qual se fundamenta a diferenciação entre pessoas.

Para Quijano, essa diferenciação social se funda na necessidade dos europeus, à ocasião de sua expansão colonial, de estabelecerem bases epistemológicas nas quais pudessem fundamentar suas práticas imperialistas. Ao reduzirem todos os povos enredados nesse

novo sistema global em que eles se impunham como conquistadores à categoria de não-europeus, naturalizava-se a sua primazia nesse sistema-mundo enquanto fator biológico, reafirmava-se a sua organização cultural, política e social como a culminação do processo civilizacional em uma escala evolucionar linear e, de quebra, justificava-se a opressão e submissão das “raças não-europeias” à sua condição marginal na divisão do trabalho, tanto no interior das sociedades globalizadas que se desenhavam quanto em sua expressão territorial na divisão internacional do trabalho:

A constituição da Europa como nova identidade depois da América e da expansão do colonialismo europeu sobre o resto do mundo levaram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e, com ela, à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes. Desde então tem-se mostrado o mais eficaz e perdurável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender inclusive outro igualmente universal, ainda que mais antigo: o intersexual ou de gênero. Os povos conquistados e dominados foram situados em uma posição natural de inferioridade e, conseqüentemente, também o foram seus traços fenotípicos, assim como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça se converteu no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial em traços, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. (QUIJANO, 2000, tradução nossa)⁶

6 No original: “*La constitución de Europa como nueva identidad después de América y la expansión del colonialismo europeo sobre el resto del mundo*”

No Brasil, a categoria sertão é prenhe de significações associadas à reprodução desse colonialismo do poder desde o seu estabelecimento dentro de sua relação dicotômica com o litoral a partir de uma ótica centrada e orquestrada em função do imperialismo português. Essa dualidade espacial concorreria para a reprodução, em nível nacional, desses mesmos mecanismos apontados por Quijano como as pedras-angulares de uma epistemologia eurocêntrica e excludente.

A adoção dessa perspectiva permite compreender a perenidade do emprego do termo sertão no léxico nacional a partir de sua contínua instrumentalização enquanto recurso discursivo que identifica, segundo uma perspectiva eurocêntrica, o espaço do Outro e oferece respaldo para a sua opressão ao longo dos séculos. Com base nisso, é possível verificar como o sertão permanece relevante enquanto construto ideológico na medida em que a sociedade brasileira, nos sucessivos contextos históricos em que atualizou o termo para

llevaron a la elaboración de la perspectiva eurocéntrica de conocimiento y con ella a la elaboración teórica de la idea de raza como naturalización de esas relaciones coloniales de dominación entre europeos y no-europeos. Legitimar las ya antiguas ideas y prácticas de relaciones de superioridad/inferioridad entre dominados y dominantes. Desde entonces ha demostrado ser el más eficaz y perdurable instrumento de dominación social universal, pues de él pasó a depender inclusive otro igualmente universal, pero más antiguo: el intersexual o de género. Los pueblos conquistados y dominados fueron situados en una posición natural de inferioridad y, en consecuencia, también sus rasgos fenotípicos, así como sus descubrimientos mentales y culturales. De ese modo, raza se convirtió en el primer criterio fundamental para la distribución de la población mundial en los rangos, lugares y roles en la estructura de poder de la nueva sociedad”.

adequá-lo à sua nova lógica interna, continua a reproduzir uma estrutura colonial de poder.

3 O sertão e a literatura na invenção do Brasil

Já no primeiro relato europeu sobre terras brasileiras, Pero Vaz de Caminha (2002) discorria: “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa” (CAMINHA, 2002). Frei Vicente de Salvador, tido como o primeiro historiador do Brasil, também escreveria em sua *História do Brasil* (1889):

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos. (SALVADOR, 1889, p. 8)

Se a oposição entre mar e sertão parece tomar a forma de mero referencial geográfico na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, a subsequente exploração portuguesa das terras americanas, feita sempre pelas beiradas, confirmaria essa oposição no campo ideológico. Uma vez transpostos os “mares nunca dantes navegados”, o sertão se apresentava como a nova fronteira da civilização lusitana.

O estabelecimento desses espaços como pares opositivos em diferentes níveis semânticos permearia o imaginário brasileiro de maneira duradoura, configurando uma continuidade na apreensão das periferias do território nacional por uma ótica colonial. Rui Barbosa (1988), em *Conferência de Alagoinhas*, sintetizaria essa antítese da seguinte forma:

O sertão não conhece o mar. O mar não conhece o sertão. Não se tocam. Não se veem. Não se buscam. Mas há em ambos a mesma imponentia, a mesma inescrutabilidade. Sobre um e outro se estende esse mesmo enigma das majestades indecifráveis. De um e outro ressalta a mesma expressão de energia, força e poder a que se não resiste. Um e outro se nos antolham, do mesmo modo, como dois reservatórios insondáveis e inesgotáveis de vida. (BARBOSA, 1988, p. 57)

Como os primeiros colonos portugueses, o Brasil se veria ao longo de sua história antolhado, como coloca Barbosa, entre o mar e o sertão, estando este último para si da mesma maneira que o primeiro esteve para o império lusitano — como o horizonte do seu devir e a categoria definidora de sua identidade nacional. Assim, o Brasil sempre foi pensado em oposição ao sertão e em função da subjugação das áreas correspondentes a ele, seu duplo invertido.

Com a multiplicação dos assentamentos portugueses ao longo da costa americana, as terras interiores foram associadas aos sertões de determinados topônimos, fossem de serras, rios ou capitânicas inteiras.

Tornados múltiplos, os sertões se caracterizavam cada um como uma frente diferente no tímido avanço português para dentro do continente, mas continuavam ocupando o mesmo lugar no imaginário do colonizador.

Ferreira (2004), em seu esforço para caracterizar o sertão, acaba definindo-o como um “longe perto”, no sentido em que, se não era um espaço sobre o qual se exercia diretamente o controle, já era um alvo de projeções de intenções e fabulações, familiar o suficiente para se cobiçar, por demais fora de seu alcance para ser assimilado. Essa relação se mostra bem expressa na linguagem cartográfica desde os primórdios da ocupação portuguesa, na qual os mapas apresentam enormes áreas vazias no centro do continente ora recheadas com topônimos imaginários, criaturas fantásticas, sociedades indígenas ainda desconhecidas e, sobretudo, riquezas ocultas (DELVAUX, 2009).

Essas riquezas ocultas não se limitariam a minerais preciosos ou matérias-primas, mas abrangeriam as vastas populações indígenas a serem capturadas e tornadas mão-de-obra cativa. As tribos que habitavam as faixas litorâneas foram as primeiras a sofrerem os efeitos da colonização portuguesa na América, sendo dizimadas por epidemias, escravizadas e destituídas de suas terras ancestrais, o que levou os sobreviventes a procurarem refúgio cada vez mais para o interior a fim de sobreviver.

A interiorização da ocupação lusitana, que se deu de forma relutante e gradual na medida em que a

dependência da metrópole em relação à colônia americana tomava vulto, foi primeiro devido às entradas e bandeiras organizadas em busca de indígenas a serem escravizados e minas a serem dilapidadas. Às primeiras expedições se seguiu o estabelecimento de comunidades permanentes, em um processo secular que resultou na redução do que ainda se consideravam sertões a áreas cada vez mais dispersas e circunscritas.

Após o processo de independência política, em 1822, surgiu a necessidade de se construir uma identidade nacional a partir da mobilização de símbolos e tradições que denotassem uma separação do império nascente em relação à coroa portuguesa. Eric Hobsbawm (1997) salienta a potência imagética desses símbolos e tradições, ainda que inventados, como fator de controle social e legitimação das nações soberanas.

Nesse sentido, a sociedade que se pretendia brasileira, tal qual se apresentava, oferecia um desafio original aos seus ideólogos: era uma nação sem história. Ao menos sem história própria.

Benedict Anderson (2006) entende a formação dos Estados-nação modernos a partir da progressiva formulação de laços históricos e culturais a serem assumidos por indivíduos e comunidades a princípio sem qualquer ligação, mas irmanados dentro de uma “comunidade imaginada” fundada em signos comuns e produtora de uma identidade a ser tacitamente assumida por todos que estivessem cerrados dentro de suas fronteiras

territoriais ou étnicas. A história do Brasil até então era equivalente ao tempo do domínio português e às trevas pré-cabralinas, enquanto a unidade étnica dessa nação nascente era desigualmente tripartida entre dois terços majoritários e amplamente desumanizados e uma minoria cuja herança era justamente a efígie a que se procurava contrapor.

Essa ausência de um substrato histórico fez com que a nação brasileira incorresse em um movimento inverso ao que Benedict Anderson estudou na gênese de seus pares europeus, buscando em sua dimensão espacial a validação que a história não lhe conferia. Dessa forma, a manutenção da unidade territorial desse país de dimensões continentais se afigurou como a pedra angular e o motor histórico pelo qual se matou e morreu, como testificam as numerosas revoltas nativistas frustradas desse período, enfim, pelo qual se fundou a ideia de Brasil.

A esse respeito, Maurice Ronai (2015) afirmaria a centralidade da construção discursiva da paisagem na institucionalização do território nacional:

É através da paisagem que o território se torna visível aos cidadãos, o território como rede de belas paisagens que dão crédito à bondade da nação, conforme a ideia platônica do acordo entre a perfeição da forma (paisagem) e a excelência da coisa (nação). Que o vocabulário designe o Estado, a nação e a paisagem pela mesma palavra, país (pays [no original francês]), confirma o funcionamento metonímico do discurso nacional que ignora as escalas e as distâncias. (RONAI, 2015, p. 252)

No caso brasileiro, em que o território se apresenta não só como a dimensão espacial da expressão do poder do Estado, mas como signo de sua fundação e legitimação, a formulação de Ronai ressoa de maneira contundente.

À ocasião da formação da Itália, outro Estado de fundação tardia, um de seus estadistas, Massimo d’Azeglio, faria a seguinte afirmação: “Fizemos a Itália, agora precisamos fazer os italianos” (D’AZEGLIO, 1860 apud HOBBSAWM, 2009, p. 103). A passagem encontraria eco na emancipação do Estado brasileiro, ao qual não faltaram ideólogos para fabularem um substrato para a identidade nacional.

Nesse contexto, a literatura foi o principal plano a partir do qual se projetaram os signos que viriam a compor a brasilidade, da natureza exuberante e indomada ao *meltingpot* tupiniquim. É particularmente interessante a convergência entre a nação e o sertão na instrumentalização dos povos indígenas para construir o mito fundacional do romantismo indianista.

Edward Said investigaria em seu *Cultura e Imperialismo* (1994) as imbricações entre a literatura produzida nas metrópoles europeias e as práticas imperialistas desses Estados. Ele identificaria nessas produções literárias o substrato de um imaginário em torno do imperialismo europeu que serviria para justificá-lo e promovê-lo, em uma relação que encontra paralelos lusófonos tanto, de forma mais óbvia, na obra máxima de Luís de Camões quanto em certa medida no conjunto da obra de José do Alencar.

Em *Iracema* (1865), de José de Alencar, é da junção entre a personagem homônima e o português Martim que nasce o primeiro brasileiro, Moacir, o filho da dor. Iracema, como toda personagem indígena mobilizada no contexto desse ciclo romântico, é uma representação idealizada que serve somente como matéria-prima para a gênese do Brasil. A “filha do sertão”, como ela é referida no romance, se confundia com a própria natureza dos bosques onde vivia antes de abandoná-los em função de seu amor por Martim, a quem passa a dedicar a vida.

Iracema definha a cada passo que dá em direção ao litoral em sua retirada do interior das matas virgens, em um movimento no qual o sertão parece se caracterizar como um cronotopo, uma interseção entre a representatividade de uma dimensão espacial e outra temporal no plano literário (BAKHTIN, 2018). O caráter cronotópico que o sertão apresenta nessa narrativa se figura como um símile expressivo do sentido que o termo assume historicamente no Brasil — o de um espaço deslocado dos demais no plano temporal.

Dessa forma, a travessia de Iracema condensa, narrativamente, a distância no tempo e no espaço que separa os povos nativos da nação que se desenhava. Nessa nação por vir, os indígenas, como Iracema, que morre após parir seu filho sozinha e amamentá-lo até o retorno de Martim, só têm lugar como parte de um passado imaginário a ser fetichizado.

Alfredo Bosi, ao analisar os romances indianistas de Alencar, afirmaria que “O risco do sofrimento e morte é aceito pelo selvagem sem qualquer hesitação, como se sua atitude devota para com o branco representasse o cumprimento dum destino, que Alencar apresenta em termos heroicos e idílicos” (BOSI, 1992, p. 76), em uma interpretação do período colonial que Bosi avalia como “pesadamente ideológica”. Antonio Candido, ao se propor tratar da relação entre o desenvolvimento da literatura brasileira e a história social do Brasil, condensaria a questão da seguinte forma:

[...] vê-se que no Brasil a literatura foi de tal modo expressão da cultura do colonizador, e depois do colono europeizado, herdeiro dos seus valores e candidato à sua posição de domínio, que serviu às vezes violentamente para impor tais valores, contra as solicitações a princípio poderosas das culturas primitivas que os cercavam de todos os lados. Uma literatura, pois, que do ângulo político pode ser encarada como peça eficiente do processo colonizador. (CANDIDO, 2006, p. 199)

É notável não só a intenção do apagamento do indígena por meio da miscigenação, figurada aqui como um branqueamento chancelado pela educação europeia destinada a Moacir, mas também a invisibilização do negro nessa narrativa de fundação nacional. Se a representação do papel do indígena podia ser falseada pela conjuração de um tipo ideal habitante dos confins do tempo e do espaço, a escravização dos negros era

uma realidade sempre presente e incontornável na estruturação do Brasil-Império.

Irmanadas por esse passado colonial comum, as nações africanas lusófonas não compartilham da significação e aderência que o termo sertão ganhou em terras brasileiras. Segundo Mia Couto (2011, p. 70):

Os portugueses levaram a palavra para África e tentaram nomear assim a paisagem da savana. Não resultou. A palavra não ganhou raiz. Apenas nos escritos coloniais antigos se pode encontrar o termo ‘sertão’. Quase ninguém hoje, em Moçambique e Angola, reconhece o seu significado.

A esse dado concorre a formulação de Quijano de que, enquanto determinantes históricos gerais, como o processo colonial comum às ex-colônias portuguesas, apontam para uma tendência convergente na formação das sociedades às quais se impõem, são as articulações específicas entre as variáveis de cada contexto que determinarão em última instância o processo de formação histórica destas:

Uma totalidade histórico-social é um campo de relações estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversas áreas da existência social, cada uma delas por sua vez estruturada por elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo e conflituosos. Isso quer dizer que as partes em um campo de relações sociais de poder não são tão somente “partes”, o sendo em relação ao conjunto do campo, da totalidade que ele constitui e, conseqüentemente, se movem dentro da orientação geral do conjunto; mas elas não o são em sua

relação separada umas com as outras. Cada uma delas é uma unidade total em sua própria configuração, pois também possui uma constituição historicamente heterogênea. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade, mesmo, eventualmente, uma singularidade. Todos eles se movem no sentido da tendência geral do conjunto, mas têm, ou podem ter, uma autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, conflitiosa com a do conjunto. (QUIJANO, 2007, p. 298-299, tradução nossa)⁷

No caso brasileiro, diferente das ex-colônias portuguesas na África, a reelaboração do sertão como expressão da colonialidade do poder a ser reiteradamente instrumentalizada pelas elites concorreu para sua perenidade no pensamento social do país até a atualidade. Isso não impediu o autor angolano Ruy Duarte de Carvalho de buscar paralelos entre Brasil e Angola em seu livro, *Desmedida* (2006), que extrapolassem sua condição partilhada de ex-colônias lusitanas.

Carvalho aproxima esses dois países a partir dos enfrentamentos históricos pela superação dessa

7 No original: “Una totalidad histórico-social es un campo de relaciones estructurado por la articulación heterogénea y discontinua de diversos ámbitos de existencia social, cada uno de ellos a su vez estructurado con elementos históricamente heterogéneos, discontinuos en el tiempo y conflictivos. Eso quiere decir que las partes en un campo de relaciones de poder social no son sólo “partes”; lo son respecto del conjunto del campo, de la totalidad que éste constituye y, en consecuencia, se mueven dentro de la orientación general del conjunto; pero no lo son en su relación separada con cada una de las otras. Cada una de ellas es una unidad total en su propia configuración, porque igualmente tiene una constitución históricamente heterogénea. Cada elemento de una totalidad histórica es una particularidad y, al mismo tiempo, una especificidad, incluso, eventualmente, una singularidad. Todos ellos se mueven dentro de la tendencia general del conjunto, pero tienen o pueden tener una autonomía relativa y que puede ser, o llegar a ser, conflictiva con la del conjunto”.

condição e da ressignificação de sua herança colonial (CARVALHO, 2013, p. 397-398), entendendo a literatura como um campo privilegiado para a expressão dessas disputas epistemológicas. Ele confronta o sertão que conheceu por meio de Guimarães Rosa com a região que ele percorre em sua viagem ao longo do rio São Francisco, reconhecendo na potência poética que o sertão rosiano confere ao sertão real a expressão de uma alternativa ao discurso colonial que converge com suas aspirações de autodeterminação para seu próprio país.

Carvalho sintetizaria suas proposições em um *Decálogo Neo-Animista* (2009), em que propõe uma desobediência epistemológica ao paradigma ocidental europeizante que se aproxima muito do que Walter Mignolo (2018) expõe como uma expressão do pensamento decolonial:

O paradigma humanista, imposto à espécie inteira pela via da ocidentalização completa do mundo, e decorrente da colocação ideológica e idealista da terra no centro do universo, e do homem no centro da criação e do lado do divino em oposição ao resto da natureza, ao procurar garantir, no seio da criação, um lugar de eleição e privilégio para o homem, produz necessária e obrigatoriamente lugares de eleição e de privilégio para certos homens e grupos de pessoas. [...]

Outros paradigmas postos de parte e arredados de consideração por advirem de culturas dominadas ou anuladas pelo Ocidente, poderão ser recuperados e adaptados a situações relidas agora, ou inventados a partir da reconsideração dos seus fundamentais estigmatizados como arcaicos pelo processo de imposição da civilização ocidental. (CARVALHO, 2009, p. 1).

Situando a ótica eurocêntrica como o paradigma a ser desafiado, ambas as perspectivas convergem enquanto propositoras de alternativas que viabilizem a interpretação dos espaços periféricos em seus próprios termos. Esses posicionamentos, que emergem como resposta às condições históricas de fins do século XX e início do XXI, não são decerto as primeiras formas de enfrentamento a esse paradigma totalizante, mas elas permitem discutir alternativas anteriores sob uma nova luz.

O projeto de integração nacional, ao qual José de Alencar confessamente subscrevia seu projeto político-literário, como expresso no texto *Benção Paterna* (1872), correspondia a um processo de apagamento e sujeição dos espaços marginalizados do Brasil em função de uma noção de progresso totalizadora e europeizante. Mesmo quando Alencar retrata o Brasil profundo do Sul e do Norte com *O Gaúcho* (1870) e *O Sertanejo* (1875), os vaqueiros nos quais essas obras são centradas são idealizações de tipos rurais heroicos que correspondem ao papel do indígena em *Iracema* enquanto depositários de valores e virtudes europeias que Alencar pretendia serem nacionais.

Entretanto, nesse contexto, a condição de colono ou caboclo, ainda que relacionada aos processos de mestiçagem, configurava-se em uma situação diferente daquela do indígena “pré-histórico”. Se este estava destinado ao desaparecimento, os tipos representados pelo sertanejo e o gaúcho já corresponderiam a um

outro momento histórico, mais associado à ocupação e colonização admissíveis no presente e no futuro.

O abandono de temas indianistas em favor de uma temática sertanista corresponde a um esgotamento do próprio idealismo romântico que pautava suas obras. Essa mudança no paradigma literário que se operava no início da década de 1870 era resultado da confluência de toda uma geração de intelectuais brasileiros ávidos por novas formas de expressão estética e política aliada ao influxo de teorias estrangeiras modernas, que municiavam e davam vazão ao descontentamento desses jovens.

Angela Alonso, em seu livro *Ideias em Movimento: A Geração de 1870 na Crise do Brasil-Império* (2002), identifica nessa geração uma rejeição comum ao sistema social dominante e às manifestações culturais que o subsidiavam. Politicamente marginalizados, esses jovens encontrariam nas letras uma das principais frentes de contestação ao regime hegemônico.

Um evento marcante desse período foi a publicação, entre 1871 e 1872, de uma série de artigos no jornal *Questões do Dia* que criticavam os romances de José de Alencar em diferentes frentes, mas sobretudo pelo excesso de imaginação e falta de observação das realidades regionais que ele representava. Seu autor era o escritor Franklin Távora, que nos anos seguintes viria a empreender seu próprio projeto político-literário a fim de se aproximar de um “verdadeiro retrato” do Brasil, a Literatura do Norte, debruçando-se para tanto

sobre a história e as tradições do interior das províncias setentrionais do Brasil.

Para José Maurício Gomes de Almeida, o esforço de Távora em dar representação a esses espaços marginalizados pela política imperial vigente constituiria o primeiro movimento em prol de uma literatura regionalista no Brasil. Em seu livro *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro* (1981), ele delimitaria os contornos do que comporia uma obra regionalista da seguinte forma:

De vez que a região implica uma parte dentro de um todo mais amplo — o país como tal — a arte regionalista *stricto sensu* seria aquela que buscaria enfatizar os elementos diferenciais que caracterizariam uma região em oposição às demais ou à totalidade nacional.

Existe latente em todo posicionamento regionalista, manifeste-se ele no campo artístico-cultural ou político-social, uma consciência orgulhosa dos valores locais e um desejo de vê-los afirmados, reconhecidos, no plano nacional. No caso brasileiro, essa atitude é facilmente observável em um Franklin Távora, com sua “literatura do Norte”. (ALMEIDA, 1981, p. 47)

Conjugados dentro de um arcabouço imagético comum inventariado por esse projeto literário e as demais obras de cunho regionalista que o seguiram, os sertões do norte se individualizariam em relação às demais fronteiras civilizatórias no território brasileiro. Sua posterior identificação com o fenômeno das secas, que tem na obra de Távora uma de suas expressões pioneiras, seria tanto a linha de força da literatura produzida sobre esses espaços quanto o fator agregador

do que viria a se constituir como a região Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017).

No caso específico de Távora, ele não só articulou esses temas sertanejos que viriam a compor a matéria-prima do discurso regionalista nordestino, mas ele o fez a partir das dicotomias que seriam consagradas posteriormente por Euclides da Cunha. Opondo em sua obra o litoral e o sertão em equivalência às dualidades cidade versus campo e civilização versus barbárie (MORAES, 2006), o sertão de Távora “[...] é um espaço violento e perigoso, onde o poder da autoridade central não alcança” (MARTINS, 2008, p. 11), pavimentando o caminho para os demais trabalhos que pintariam o sertão, tal qual ele, a partir de uma matriz discursiva oposta àquela que fora até então a dominante.

4 Dos sertões nacionais ao sertão nordestino

Em ilustrativa reflexão sobre as particularidades da discursividade do sertão no imaginário brasileiro, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire escreve, em um relato de suas viagens pelas então províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que “[o] nome de *Sertão* ou *Deserto* não designa uma divisão política do território; indica apenas um tipo de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do país e, sobretudo, pela debilidade de seu povoamento” (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 299-300, tradução

nossa)⁸, acrescentando, em nota de rodapé referente a essa passagem, que “[v]árias províncias, todas, talvez, têm seu sertão, que é a sua parte mais deserta” (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 300, tradução nossa)⁹. Aqui, ele sublinha a multiplicidade dos sertões brasileiros no discurso corrente de sua época, assim como situa sua identificação mútua desses diferentes espaços a partir de sua aproximação com a noção do deserto, dos espaços despovoados e, portanto, vazios.

Mais adiante, Saint-Hilaire oferece outro relato interessante sobre a apreensão do sentido do sertão em sua época ao ressaltar que “[a]queles que falam do sertão asseguram que ele se parece com um jardim, e essa comparação virou até uma espécie de provérbio” (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 300, tradução nossa)¹⁰, mas, para ele, “[...] por mais florido que seja, um jardim plantado quase que da mesma maneira em um espaço de várias centenas de léguas cansa, afinal, pela sua monotonia” (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 300, tradução nossa)¹¹. Se esses trechos expressam, respectivamente, a ideia corrente que se fazia do sertão em terras brasileiras e a opinião que o viajante francês faz dela, a passagem

8 No original: “*Le nom de Sertão ou Desert ne désigne point une division politique de territoire; il n’indique qu’une sorte de division vague et conventionnelle déterminée par la nature particulière du pays et surtout par la faiblesse de sa population*”.

9 No original: “*Plusieurs provinces, et toutes, peut-être, ont leur sertão, qui en est la partie la plus déserte*”.

10 No original: “*Ceux qui parlent du sertão assurent qu’il ressemble à un jardin, et cette comparaison est même devenue une sorte de proverbe*”.

11 No original: “[...] *quelque fleuri qu’il soit, un jardin planté à peu près sur le même modèle dans un espace de plusieurs centaines de lieues, fatiguerait enfin par sa monotonie*”.

que se segue, além de desenvolver mais detidamente a impressão de Saint-Hilaire sobre o sertão, antecipa o tipo de discursividade que se tornaria corrente anos mais tarde para tratar desses espaços:

Mas que tédio não é vivido por quem, como eu, atravessa o sertão em tempos de seca, quando as pastagens perderam o frescor e a maior parte das árvores estão despojadas de folhas. Então, um calor irritante toma conta do viajante; uma poeira incômoda sobe sob seus pés, e às vezes ele nem mesmo encontra água para matar sua sede. É toda a tristeza dos nossos invernos com um céu brilhante e os fogos do verão. (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 300, tradução nossa¹²)

Saint-Hilaire oferece aqui uma descrição do sertão quando acometido pelas secas, um quadro diametralmente oposto àquele pintado por aqueles que o descreveram para si como um “jardim”. Seria essa faceta da paisagem sertaneja que assomaria como a determinante da produção discursiva sobre esses espaços algumas décadas depois da publicação dos escritos do autor francês, o que se daria em função de uma série de elementos que culminariam na transfiguração da paisagem sertaneja no imaginário nacional em um avesso daquilo que fora até então.

12 No original: “*Mais quel ennui ne doit pas éprouver celui qui, comme moi, parcourt le Sertão dans le temps des sécheresses, lorsque les pâturages ont perdu leur fraîcheur, et que la plupart des arbres sont dépouillés de leurs feuilles. Alors une chaleur irritante accable le voyageur; une poussière incommode s’élève sous ses pas, et quelquefois même il ne trouve pas d’eau pour étancher sa soif. C’est toute la tristesse de nos hivers avec un ciel brillant et le feux de l’été*”.

Para Candice Vidal e Souza (1998), haveria uma inflexão quanto à apreensão do espaço sertanejo pelo pensamento social brasileiro em fins do século XIX que corresponderia às mudanças dos modelos literários em terras brasileiras. Se antes o sertão era tido como um espaço cujas paisagens exuberantes e a população exótica eram elementos caros a uma elite que buscava singularizar o Brasil em relação à sua antiga metrópole, o que corresponderia para a autora a uma *perspectiva romântica*, a emergência desse espaço como um problema nacional, um duplo distorcido da civilização que se espraiava pelo litoral, estaria associada a uma *perspectiva realista* amplamente identificada com um paradigma modernizador para o qual o sertão se apresentava como uma fronteira a ser incorporada ao ciclo do capital.

Essas perspectivas, em especial, a identificação que a autora estabelece com suas respectivas correntes literárias, seriam, conseqüentemente, tributárias dos processos históricos aos quais elas estão atreladas. No caso da perspectiva realista sobre o sertão, como apontada por Souza, um evento em particular corresponderia tanto ao desenvolvimento da literatura realista acerca da região quanto ao motor histórico de mudanças significativas na acepção da palavra sertão e na divisão política do país.

A Grande Seca que assolou as províncias atlânticas do norte do Brasil entre 1877 e 1880 atraiu os olhos de todo o país para a crise humanitária cíclica que

se estabelecia regularmente na região em função do despreparo da máquina pública frente aos rigores do meio. O que particularizou esse período de estiagem em relação aos demais foi a mortalidade sem precedentes que essa seca provocou em função da interiorização do povoamento nessas províncias, realizado com o intuito de expandir a criação de gado e o plantio de algodão na região.

Essa expansão produtiva rumo ao interior do continente se deu por conta do permanente declínio da produção açucareira nessas áreas, a qual, apesar de ter sido o carro-chefe da exportação nacional nos séculos anteriores, foi desbancada por causa da expansão das lavouras de café ao sul e das pressões do mercado internacional, subsistindo, entretanto, como a pedra angular do decadente poder político das elites agrárias do Norte. Um longo período de regularidade climática e a escassez da oferta global de algodão em função da Guerra Civil nos Estados Unidos (NEVES, 2007, p. 87) estimularam a diversificação produtiva dessas elites açucareiras, que impulsionaram o povoamento das porções interiores de suas respectivas províncias, antes esparsamente ocupadas por criadores de gado de corte.

O impacto da Grande Seca nessas povoações do interior foi catastrófico, ocasionando a migração forçada de dezenas de milhares de retirantes para cidades litorâneas que não tinham meios para alocá-los devidamente. A tragédia social foi esmiuçada pela ampla cobertura midiática dedicada às agruras da retirada do

sertão inclemente e ao caos instaurado pelas turbas de sertanejos desenraizados e desumanizados nas cidades superlotadas do litoral.

As consequências para os empreendimentos das elites dessas províncias também foram sentidas; somando-se à Lei do Ventre Livre, a concorrência com outros centros produtores de açúcar e a transferência de subsídios para as lavouras de café foram como um *coup de grâce* nas pretensões de restituir a centralidade política e econômica dessa região já então marginalizada. É a partir da demanda por meios que resguardassem essas oligarquias que se formou um bloco político que representasse a “região das secas” em nível nacional.

Assim, esses grupos foram obrigados a se articularem em torno do “fechamento imagético-discursivo de um espaço subalterno na rede de poderes” uma vez que já não poderiam mais “aspirar ao domínio do espaço nacional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 83). Convertendo essa ação política na delimitação de uma problemática comum a essas províncias, seria empreendida a identificação de um espaço comum do qual sobreviria o estigma compartilhado pelo recorte regional institucionalizado como o Nordeste: o sertão das secas.

Pierre Bourdieu, em análise da correlação entre dominação simbólica e lutas regionais, afirma ser esse processo de “revolução simbólica” pela via da reivindicação do estigma imposto pelas forças hegemônicas um poderoso catalisador de identidades regionais. Ele escreve que:

O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema [...] e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização. É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas, mas também os seus fundamentos econômicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objectivos da acção de mobilização [sic]. (BOURDIEU, 1992, p. 125)

É assim que o sertão nordestino é assumido como categoria expressiva do signo fundacional dessa identidade regional comum e simulacro último da significação que a categoria sertão assumiu ao longo dos séculos em terras brasileiras. Assim, tomaria forma:

Um sertão que é o Nordeste, espaço mítico já presente na produção cultural popular, no cordel e em romancistas do século XIX, como Franklin Távora e José de Alencar, sistematizado definitivamente por Euclides da Cunha e, agora, agenciado para representar uma região. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 134)

Seria em 1902 com a publicação de *Os Sertões* que Euclides da Cunha sublimaria toda a carga simbólica associada historicamente ao sertão em sua representação da Guerra de Canudos (1893-1897). Opondo dois brasis, um da civilização do litoral e outro da barbárie sertaneja, o autor mobiliza teorias mesológicas, antropológicas e sociológicas, mas elas não bastaram para acomodar o panorama que se descortinava diante de si.

Euclides se valeu de sua própria potência poética para capturar a dramaticidade não só do embate entre aqueles dois brasis, mas dos homens contra a própria terra e das suas convicções contra a realidade inescapável de que aquela campanha militar se configurara em um massacre impiedoso. Sua narrativa é subvertida pela força dos acontecimentos, convertida de uma ode ao progresso republicano a uma elegia daquela sociedade que ele reconheceu como a “rocha viva da nossa raça”, o “cerne de uma nacionalidade” brasileira (CUNHA, 2019, p. 536).

Assim, ele retoma tematicamente a histórica oposição entre o litoral e o sertão como a expressão espacial de tempos descompassados, como bem expresso na sua afirmação de que “não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...” (CUNHA, 2019, p. 192). O sertão, derradeiro cronotopo brasileiro, apresenta-se simultaneamente como a soma no campo discursivo do que separa Canudos e a República e como a materialização dessa diferença no espaço geográfico.

Com Euclides, é reiterada mais uma vez a extensão da articulação da categoria sertão com os mecanismos de reprodução da colonialidade do poder. A identificação do sertão e do litoral como situados em tempos — lê-se, em estágios de desenvolvimento civilizatório — distintos, além da centralidade das teorias raciais nas elaborações do autor, apontam para a permanência desses mecanismos de dominação no pensamento social brasileiro, fato que se consumou e se aprofundou a partir da publicação do texto do autor.

A impossibilidade colocada diante de Euclides de se apreender o sertão fundamentando-se em cientificismos positivistas é sintomática da demanda por novas epistemologias a partir das quais se pensar esse espaço e sua significação em relação ao país. A subversão do estigma da região das secas, do reflexo invertido do Brasil, em suma, da homogeneização da região Nordeste com a própria ideia de sertão, passa pela resignificação dessa identidade a partir da produção de outros sentidos, ao que convergiram desde os tempos de Távora uma sucessão de artistas que deram prosseguimento à sua busca pela autodeterminação dessa região marginalizada.

Assim, ao mesmo tempo que Euclides cristalizou uma concepção unívoca de um sertão da seca associado ao Nordeste brasileiro com a publicação de *Os Sertões* — sendo o plural no título de sua obra, portanto, um tanto paradoxal — ele deu os meios para que seus sucessores na literatura formassem uma imagética sertaneja por meio de veredas novas e múltiplas, dialogando com o arcabouço discursivo engendrado pela superimposição de sentidos associados ao sertão ao longo dos séculos que ele consolidou em sua obra máxima

5 Conclusão

A dualidade entre o litoral e o sertão existe desde as primeiras linhas escritas sobre o espaço que se tornaria

o território brasileiro. A apreensão literária dessa dicotomia serviria para balizar, ao longo dos séculos, a atualização de uma discursividade excludente que tomava essa diferenciação geográfica por uma alteridade civilizacional intransponível.

A interpretação engendrada por Euclides da Cunha acerca da paisagem sertaneja, em particular, organiza de maneira paradigmática o discurso hegemônico acerca do sertão, encimando um processo histórico de apreensão desse espaço calcado em pressupostos coloniais e suas ramificações ideológicas ao longo da formação do Estado nacional brasileiro. Em paralelo à sublimação dos discursos totalizantes sobre esse recorte espacial, as páginas d'*Os Sertões* são testemunhas da gradual tomada de consciência por parte do autor acerca da brutalidade da imposição do projeto civilizacional do Estado brasileiro.

Essa perspectiva encontraria eco na proposição de Ruy Duarte de Carvalho da aceitação da pluralidade de vivências como uma perspectiva a ser contemplada de maneira universal em oposição à ótica totalizadora que se reafirma por meio da colonialidade do poder:

E se o horizonte da nossa [idade] fosse a possibilidade, a descoberta, a legitimação de múltiplos horizontes numa mesma idade? A simultaneidade dos horizontes, até aqui múltiplos horizontes, fechados sempre sobre si mesmos, no seu tempo, no seu espaço. E, quando em relação, horizontes dominantes, horizontes dominados. (CARVALHO, 2007, p. 158)

Quanto ao sertão, Janaína Amado sintetizaria o caráter múltiplo do qual a categoria é imbuída ao ser contemplada por perspectivas diversas da que se cristalizou como a hegemônica, revelando uma polissemia invisibilizada, mas não por isso menos relevante:

[...] para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz. (AMADO, 1995, p. 149-150)

A superação das estruturas de poder coloniais que promoveram sucessivamente as mortes de indígenas, retirantes e canudenses a partir da mobilização do sertão enquanto ideologia reprodutora da colonialidade do poder passa pela compreensão de seus símbolos e sua subversão. É remeter à frigideira da lenda de origem da vila de Sertão, ao se converter o léxico da dominação colonial em símbolo de resistência.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 225-251, 2017.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 2006 [1983].
- BAKHTIN, Mikhail. *A Teoria do Romance II: as formas do tempo e do cronotopo*. São Paulo: Editora 34, 2018 [1973].
- BARBOSA, Rui. A Conferência de Alagoinhas. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (org.). *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1988. v. 46, t. 3, p. 35-50.
- BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1952, p. 53-54. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20195&pesq=%22palavra%20sert%C3%A3o%22&pagfis=81915>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: BOSI, Alfredo (org.). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 176-193
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Difel: Lisboa, 1992 [1989].
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: CANDIDO, Antonio. (org.). *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 163-180.

CAPEL, Horacio. Percepção del medio y comportamento geográfico. *Revista de Geografia*, Barcelona, v. 7, n. 1, p. 58-150, 1973.

CARVALHO, Ruy Duarte de. Decálogo neo-animista. *BUALA*, Lisboa, 2009. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/ruy-duarte-de-carvalho/decalogo-neo-animista-ruy-duarte-de-carvalho>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CARVALHO, Rui Duarte de. *Desmedida*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2013 [2006].

CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os papéis do Inglês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COUTO, Mia. Encontros e encantos: Guimarães Rosa [2007] *In: COUTO, Mia. E se Obama fosse africano?* São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 107-120.

CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (*A Divina Comédia do Sertão*). *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 42-53, 1994.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ubu, 2019 [1902].

DAFLON, Claudete. Narrar o deserto. *Caderno de Letras UFF*, Niterói, v. 31, n. 60, p. 206-226, 2020.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os segredos do sertão da terra: um longe perto. *Léguas e Meia: Revista de literatura e diversidade cultural*, Feira de Santana, v. 3, n. 2, p. 25-39, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 [1975].

HOBSBAWM, Eric. Introdução. *In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [1983]. p. 9-23.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MIGNOLO, Walter. The Invention of the Human and the Three Pillars of the Colonial Matrix of Power: Racism, Sexism and Nature. *In: MIGNOLO, W.; WALSH, C. (ed.). On Decoloniality*. Durham: Duke University Press, 2018. p. 153-176.

MORAES, Anita. Civilização e barbárie no romantismo latino-americano: aproximando *Facundo*, de Sarmiento, e *O*

cabeleira, de Franklin Távora. *Revista Lucero*, Berkeley, v. 17, n. 1, p. 122-129, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *O sertão: um "outro" geográfico*. Terra Brasilis, Rio de Janeiro, n. 5, p. 11-23, 2003.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Desertos de civilização: significando o Brasil. *Letras e Letras*, v. 26, n. 1, p. 171-183 2010.

NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 80-97, 2007.

RONAI, Maurice. Paisagem II. *GEOgraphia*, Niterói, v. 17, n. 34, p. 247-261, 2015.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. New York: Random House, 1994.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*. Paris: Grimbart et Dorez, 1830.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Weiszflog Irmãos [1889].

SCHAMA, Simon. *Landscape and Memory*. New York: Vintage, 1996.

SILVA, Moacir. M. F. A propósito da palavra sertão. *Boletim Geográfico*, São Paulo, n. 90, p. 637-644, 1950.

SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 55-61, 1998.